



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTÃO
Centro Administrativo Arthur Pedro
Müller

DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 322/2025

O Prefeito Municipal de Portão/RS, Sr. DELMAR HOFF, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações posteriores, autoriza e torna público o seguinte processo de Dispensa de Licitação.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PORTÃO.

CONTRATADA: LOJAS QUERO QUERO, CNPJ 96.418.264/0133-89.

OBJETO: Para compra emergencial de materiais mobiliário para CASA DE ABRIGO PEQUENO CIDADÃO.

PROCEDIMENTO LEGAL: Art. 75, VIII da Lei Federal nº 14.133 e alterações posteriores.

VALOR GLOBAL: R\$ 945,00.

PAGAMENTO: Integral.

PRAZO: Imediato.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2096 - 344905242000000 – MOBILIARIO EM GERAL– SEMASH

Portão/RS, 22 de julho 2025.

DELMAR
HOFF:26886081004

Assinado de forma digital por
DELMAR HOFF:26886081004
Dados: 2025.07.22 07:39:50 -03'00'

DELMAR HOFF
Prefeito Municipal



Município de Portão

CNPJ: 87.344.016/0001-08
Telefone: (51)3500-4200
Email: ti@portao.rs.gov.br
Endereço: Rua Nove de Outubro, 229 - Centro
Cidade: PORTÃO
Estado: RS
Cep: 93180-000

Requerimento

Processo:	2025/4882
Data de Entrada:	21/07/2025
Assunto:	Processo de Dispensa de Licitação
Dígito Verificador:	8041

Solicitante:	14183 - DEPARTAMENTO - COMPRAS	Identidade:	
CPF / CNPJ:		Fone Comercial:	(51)997112920
Fone Residencial:	(51)35004200	Fone Celular:	
Fax:			
E-mail:	COMPRADIRETA@PORTAO.RS.GOV.BR		
Endereço:	R 9 DE OUTUBRO	Número:	229
Bairro:	CENTRO	CEP:	93180-000
Cidade:	PORTAO	Estado:	RS

Requerente:	48609 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Identidade:	0
CPF / CNPJ:		Fone Comercial:	
Fone Residencial:	(51)35004200	Fone Celular:	
Fax:			
E-mail:			
Endereço:	R 9 DE OUTUBRO	Número:	229
Bairro:	NAO INFORMADO	CEP:	93180-000
Cidade:	PORTAO	Estado:	RS

Setor Destino:	DEPTO COMPRAS
Descrição:	Abertura de Dispensa nº 322/2025, solicitação 3407/2025, com base legal do artigo 75, VIII da lei 14.133/21, para aquisição emergencial de mobiliário para CASA DE ABRIGO PEQUENO CIDADÃO.

N. Termos

P. Deferimento

Município de Portão, 21 de julho de 2025


DEPARTAMENTO - COMPRAS



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTÃO
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**

SOLICITAÇÃO DE COMPRA DE MATERIAL/SERVIÇOS Nº 2025/3407

REQUERENTE: DEPARTAMENTO DE COMPRAS

ASSUNTO: COMPRA EMERGENCIAL

OBJETO: PARECER DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

O Departamento de Compras solicita à PGM análise e emissão de parecer sobre possibilidade de compra emergencial de instituição de acolhimento institucional por determinação judicial no processo nº 5002940-71.2024.8.21.0155.

Justifica a necessidade para cumprir ordem judicial no processo nº 5002940-71.2024.8.21.0155, conforme decisão:

Ante o exposto, DETERMINO o recolhimento institucional de L. F. S., L. F. S. e O. F. S., nascidos em 12/12/2019, em entidade que disponha de equipe técnica capacitada para receber crianças com necessidades especiais, preferencialmente no Lar Padilha, onde já estiveram acolhidos anteriormente, ou outra instituição similar, às expensas do Município de Portão.

Em princípio, vale salientar, que em que pese à regra do procedimento para a contratação pública seja o licitatório e suas diversas modalidades, pautadas no Princípio da Isonomia, *in casu* trata-se de típica situação em que se faz dispensável a licitação em virtude de situação excepcional e emergencial que cumpre os requisitos do artigo 75, do inciso VIII, § 6º da Lei 14.133.

Compulsando os dispositivos supracitados, encontramos três requisitos para a caracterização da hipótese de dispensabilidade. A caracterização da situação de emergência ou segurança pública, a urgência no atendimento da situação e o risco de prejuízo à comunidade.

Segundo Marçal Justen Filho, em seu livro "Comentários à Lei de licitações e contratos administrativos", 8ª edição, Editora Dialética:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTÃO
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

"A emergência consiste em ocorrência fática que produz modificação na situação visualizada pelo legislador como padrão. No caso específico das contratações diretas, emergência significa necessidade de atendimento imediato a certos interesses. Demora em realizar a prestação produziria risco de sacrifício de valores tutelados pelo ordenamento jurídico. Como a licitação pressupõe certa demora para seu trâmite, submeter a contratação ao processo licitatório propiciaria a concretização do sacrifício a esses valores."

Portanto, o sentido da palavra emergência deve estar relacionado diretamente com o tempo necessário à realização da licitação. A situação concreta que se apresentou foi de grandes proporções, não havendo tempo hábil a realização do processo licitatório, sob pena de causar prejuízos irreparáveis a população.

Deve, ainda, a urgência ser demonstrada objetivamente. Isto quer dizer que se deve apresentar a situação concreta apontando os riscos de possíveis danos àquela comunidade para justificar a dispensa de licitação. Fica absolutamente demonstrado o quão crítica é a situação, analisando os documentos que instruem o procedimento licitatório, bem como das razões supra expedidas.

Ante o exposto, com fulcro nos dispositivos supracitados, é plenamente viável a contratação pleiteada, por estarem preenchidos os requisitos legais que caracterizam a situação em que é dispensável a licitação por seu caráter emergencial.

Sendo assim, opinamos pela possibilidade de compra emergencial, com base no artigo 75, do inciso VIII, § 6º da Lei 14.133, nos termos acima enunciados.

É, pois, o parecer. Entretanto, remeto para seu conhecimento e apreciação para demais considerações.

Portão, 21 de julho de 2025.

Alexandre Takeo Sato
Procurador-Geral do Município
O. B. 2025/0001



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
2ª Vara Judicial da Comarca de Portão

Rua Cuiabá, 145 - Bairro: Centro - CEP: 93180000 - Fone: (51) 3098-5789 - Balcão Virtual 51-997566220 - Email: frportao2vjud@tjrs.jus.br

PEDIDO DE MEDIDA DE PROTEÇÃO Nº 5002940-71.2024.8.21.0155/RS

DESPACHO/DECISÃO

Vistos.

Trata-se de medida de proteção proposta pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL em favor dos trigêmeos L. F. S., L. F. S. e O. F. S., nascidos em 12/12/2019, em desfavor de FABIO SCHNEIDER BADI e ROSEMERI FROZA DA LUZ.

Deferiu-se o pedido inicial, determinando-se o acolhimento institucional dos infantes (evento 8, DESPADEC1).

Após relatórios técnicos favoráveis, determinou-se a desinstitucionalização dos irmãos em favor da genitora (evento 194, DESPADEC1).

Sobrevieram relatórios de acompanhamento familiar do CREAS (evento 224, OFIC1).

Diante da persistente desorganização familiar, o Ministério Público requereu o reacolhimento institucional dos infantes (evento 235, PROMOÇÃO1).

Designada audiência para oitiva da rede de proteção e da genitora, de modo a promover a análise adequada da possibilidade de acolhimento institucional (evento 237, DESPADEC1).

Realizou-se audiência, ocasião em que foi decidido pela manutenção dos protegidos sob a guarda da ré, sem prejuízo de nova análise caso sobreviessem aos autos novos elementos (evento 251, TERMOAUD1).

Sobrevieram novos relatórios técnicos de acompanhamento familiar, oriundos da APAE (evento 258, RELT1), escola (evento 261, OFIC1) e do Conselho Tutelar (evento 261, OFIC2).

O Ministério Público manifestou-se pelo reacolhimento institucional dos irmãos (evento 266, PROMOÇÃO1).

É o relatório.

Decido.

O acolhimento institucional é medida de proteção prevista no art. 101, VII, do Estatuto da Criança e do Adolescente, aplicável sempre que os direitos reconhecidos na legislação forem ameaçados ou violados, nos termos do art. 98 do mesmo diploma legal.

5002940-71.2024.8.21.0155

10086786398.V3



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
2ª Vara Judicial da Comarca de Portão

Trata-se de medida excepcional e provisória, utilizada como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta, conforme dispõe o §1º do art. 101 do ECA.

No caso em análise, os protegidos foram desacolhidos em 14/03/2025, após relatórios técnicos favoráveis do CREAS e do Lar Padilha, que indicavam evolução significativa da genitora no acompanhamento sistemático realizado.

Contudo, após o desacolhimento, sobrevieram aos autos informações preocupantes acerca da situação dos infantes, notadamente quanto à possível recaída da genitora no uso de substâncias psicoativas e à negligência nos cuidados básicos com os filhos.

Em audiência realizada no dia 04/07/2025, foi oportunizada à genitora a manutenção da guarda dos filhos, com a condição de que frequentasse o grupo para mulheres dependentes no CAPS, mantivesse os atendimentos na APAE, CAPS e CREAS, e que a Rede de Proteção elaborasse relatórios semanais para acompanhamento do grupo familiar.

Ocorre que, mesmo após essa nova oportunidade concedida à genitora, os relatórios técnicos mais recentes demonstram que a situação de negligência persiste.

O Conselho Tutelar, em relatório datado de 15/07/2025 (evento 261, OFIC2), informou que a Laura continua apresentando feridas e muita coceira pelo corpo, conforme atestado pela Pediatra do Centro de Especialidades de Portão/RS. Além disso, a genitora aparentou não entender as orientações médicas necessárias para o tratamento da filha.

Ainda segundo o relatório do Conselho Tutelar, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Afonso Gomes de Carvalho observou a falta de higiene das crianças, que muitas vezes chegam à escola com as fraldas sujas e frequentemente sem tomarem banho.

Embora o relatório da APAE (evento 258, RELT2) tenha apontado uma mudança positiva no estado geral da mãe dos trigêmeos, notando que ela se apresentou mais responsiva ao diálogo em comparação a encontros anteriores, tal melhora não se mostrou suficiente para garantir os cuidados básicos necessários aos infantes.

Importante destacar que os protegidos são trigêmeos de 5 anos e 7 meses, todos pertencentes ao universo do espectro autista e não verbais, o que demanda cuidados especiais e atenção redobrada.

Nas medidas de proteção, prevalecem os princípios da prioridade absoluta e do melhor interesse do menor, porque o que se busca é a proteção integral do protegido. Além disso, é preciso considerar que o acolhimento institucional é medida extrema, devendo ser guardada para situações excepcionais em que há risco à integridade física e psíquica dos protegidos, o que se verifica no caso concreto.

Assim, diante da persistente situação de negligência, mesmo após diversas intervenções da Rede de Proteção e oportunidades concedidas à genitora, entendo que, neste momento, o reacolhimento institucional dos protegidos é medida que se impõe para



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
2ª Vara Judicial da Comarca de Portão

salvaguardar seus superiores interesses.

Ante o exposto, **DETERMINO** o recolhimento institucional de L. F. S., L. F. S. e O. F. S., nascidos em 12/12/2019, em entidade que disponha de equipe técnica capacitada para receber crianças com necessidades especiais, preferencialmente no Lar Padilha, onde já estiveram acolhidos anteriormente, ou outra instituição similar, às expensas do Município de Portão.

1. Expeçam-se as respectivas guias de acolhimento;
2. Anote-se no Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA);
3. Expeça-se de ofício à instituição acolhedora, Conselho Tutelar, CREAS, APAE e Assistência Social para realizarem diálogo intersetorial para traçar estratégias à célere reintegração familiar;
4. Intime-se pessoalmente genitora acerca da presente decisão;
5. Determino, ainda, a continuidade do acompanhamento da genitora pelo CAPS e CREAS, com remessa de relatórios mensais a este Juízo.

Comunique-se ao Conselho Tutelar para as providências necessárias quanto ao recolhimento dos infantes.

Atribuo à presente decisão a qualidade de ofício.

Cumpra-se com prioridade absoluta (art. 152, § 1º, do ECA).

Documento assinado eletronicamente por **CAMILA OLIVEIRA MACIEL MARTINS, Juíza de Direito**, em 16/07/2025, às 16:10:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://eproc1g.tjrs.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, informando o código verificador **10086786398v3** e o código CRC **0377ebb5**.

5002940-71.2024.8.21.0155

10086786398.V3

**Município de Portão**

CNPJ: 87.344.016/0001-08

Telefone: (51)3500-4200

Rua Nove de Outubro, 229 - Centro, PORTÃO / RS - 93180-000

**Solicitação de Compra de
Material/Serviços nº 2025/3407****Centro de Custo:** 5 - SEMASH**Usuário Solicitante:** NADIA MARA RODRIGUES PERAZZOLLO (Usuário: nadia.mara)**Entidade:** Município de Portão**Data de Cadastro:** 21/07/2025**Dados da Despesa**

Exercício	Órgão	Unid.	Fun.	S.Fun.	Prog.	P/A	Rec.	Cat. Desp.	Despesa	Cód	Total por Despesa
2025	9	2	8	245	30	1067	1004	3449052420000000	MOBILIARIO EM GERAL	2096	R\$945,00
								3449052000000000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	980	
Projeto: Reeq. Piso de Média Complexidade											
Órgão: 9 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL											
Fonte de Recurso: PROGRAMA - CREAS											


Valores do tipo referência

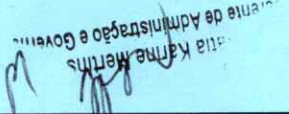
Item	Despesa	Produto	Un. Medida	Quantidade	Val.Unitário	Val.Total
1	2096	37156 - ARMARIO MULTIUSO. COMPLEMENTO: 2 portas e 4 prateleiras, cor rústico e natura off white Dimensões do produto: 55 x 170 x 32 cm (LxAxP) Material MDP	UN	3,0000	315,0000	945,00
Totalizador do tipo referência				3,0000	315,0000	945,00


Complemento e Assinaturas

Descrição DESCRIÇÃO: COMPRA EMERGENCIAL de mobiliário para a CASA ABRIGO PEQUENO CIDADÃO.
JUSTIFICATIVA: A Casa de Abrigo Pequeno Cidadão vem enfrentando um aumento significativo na demanda por acolhimento institucional, tornando imperativa a expansão e adaptação de suas acomodações, bem como estamos enfrentando um caso atípico, necessitando de forma emergencial fazer isolamento por questões de saúde. A recente necessidade de acolher novos indivíduos, exigiu uma solução eficiente e flexível para garantir um ambiente digno e adequado aos abrigados. Diante desse cenário emergencial, a aquisição de mobiliário multiuso se apresenta como a justificativa mais pertinente e eficaz. Este tipo de mobiliário oferece a flexibilidade necessária para otimizar os espaços existentes, transformando-os rapidamente para atender às diversas necessidades da Casa de Abrigo.
RESPONSÁVEL PELO PEDIDO: Rodrigo Vandame
LOCAL DE ENTREGA: CASA ABRIGO PEQUENO CIDADÃO - RUA JULIO DE CASTILHOS, 6551 - CENTRO - PORTÃO/RS
HORÁRIO DE ENTREGA: ATÉ ÀS 16H
Pagamento em depósito bancário vinculado ao CNPJ do fornecedor;
Pagamento em até trinta dias ou conforme contrato;
Informar em Nota Fiscal o nº da requisição de empenho ou ordem de compra;
Informar os dados bancários em Nota Fiscal.
Favor encaminhar Nota fiscal para o e-mail: assistenciasocial@portao.rs.gov.br
Telefone de Secretaria ou Setor:(51)35004205

Justificativa: DESCRIÇÃO: COMPRA EMERGENCIAL de mobiliário para a CASA ABRIGO PEQUENO CIDADÃO.
JUSTIFICATIVA: A Casa de Abrigo Pequeno Cidadão vem enfrentando um aumento significativo na demanda por acolhimento institucional, tornando imperativa a expansão e adaptação de suas acomodações, bem como estamos enfrentando um caso atípico, necessitando de forma emergencial fazer isolamento por questões de saúde. A recente necessidade de acolher novos indivíduos, exigiu uma solução eficiente e flexível para garantir um ambiente digno e adequado aos abrigados. Diante desse cenário emergencial, a aquisição de mobiliário multiuso se apresenta como a justificativa mais pertinente e eficaz. Este tipo de mobiliário oferece a flexibilidade necessária para otimizar os espaços existentes, transformando-os rapidamente para atender às diversas necessidades da Casa de Abrigo.
RESPONSÁVEL PELO PEDIDO: Rodrigo Vandame
LOCAL DE ENTREGA: CASA ABRIGO PEQUENO CIDADÃO - RUA JULIO DE CASTILHOS, 6551 - CENTRO - PORTÃO/RS
HORÁRIO DE ENTREGA: ATÉ ÀS 16H
Pagamento em depósito bancário vinculado ao CNPJ do fornecedor;
Pagamento em até trinta dias ou conforme contrato;
Informar em Nota Fiscal o nº da requisição de empenho ou ordem de compra;
Informar os dados bancários em Nota Fiscal.
Favor encaminhar Nota fiscal para o e-mail: assistenciasocial@portao.rs.gov.br
Telefone de Secretaria ou Setor:(51)35004205


RODRIGO LIBRELOTO VALENTE
Secretário da Fazenda e SEMICMA
Secretaria da Fazenda


PRISCILA LEMMERTZ DIEFENTHALER
Secretária Assistência social


NADIA MARA RODRIGUES PERAZZOLLO
SEMASH
SEMASH


Rodrigo Vandame
Superintendente Casa da Cidadania
Assistência Social e Habitação
Portão/RS

118 - PORTÃO
LOJAS QUERO QUERO SA
AV. BRASILIA, 541
BAIRRO: CENTRO - CEP: 93180000

Pedido de Venda

Código: 0781640340 **Data:** 21/07/2025 **Dt. Valid.:** 21/07/2025

Vendedor:
125997 - JOCIARA CLAUDETE DOS SANTOS BRATZ

Cliente:
313827 - PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTAO

Produtos:

Código	Descrição	Embalagens	Descr. Compl.	Spl	Mod	Fil.	Dt. Entr.	VI.	Qtde	Total
196010	MULTIUSO ATUALLE BAHAMAS 2P RUST/NTOFF	PEC		0	P	118	24/07/2025	339,90	3,00	945,00

Total Mercad.:
945,00

Cond. Pagto.: 1 - A VISTA **Desconto:** 74,70 **Juros:** 0,00 **Frete:** 0,00 **Total Geral:** 945,00



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 96.418.264/0133-89 FILIAL	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 11/02/2005
--	---	---------------------------------------

NOME EMPRESARIAL LOJAS QUERO-QUERO S.A.

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****	PORTE DEMAIS
---	------------------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 47.53-9-00 - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo 47.54-7-01 - Comércio varejista de móveis 82.99-7-99 - Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente 33.29-5-99 - Instalação de outros equipamentos não especificados anteriormente 66.19-3-02 - Correspondentes de instituições financeiras 45.42-1-02 - Comércio sob consignação de motocicletas e motonetas 45.41-2-03 - Comércio a varejo de motocicletas e motonetas novas 45.41-2-04 - Comércio a varejo de motocicletas e motonetas usadas 45.43-9-00 - Manutenção e reparação de motocicletas e motonetas 45.41-2-06 - Comércio a varejo de peças e acessórios novos para motocicletas e motonetas
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 204-6 - Sociedade Anônima Aberta
--

LOGRADOURO R BRASILIA	NÚMERO 541	COMPLEMENTO *****
---------------------------------	----------------------	----------------------

CEP 93.180-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO PORTAO	UF RS
--------------------------	----------------------------------	----------------------------	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
---------------------	----------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 11/02/2005
------------------------------------	---

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 14/03/2024 às 11:06:21 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: LOJAS QUERO-QUERO S.A.
CNPJ: 96.418.264/0218-02

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 14:07:05 do dia 16/06/2025 <hora e data de Brasília>.

Válida até 13/12/2025.

Código de controle da certidão: **078B.92B5.283C.03AE**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA
RECEITA ESTADUAL
DELEGACIA DA FAZENDA ESTADUAL DE SANTO ANGELO**

Nome: LOJAS QUERO-QUERO S.A.

Endereço: EST BR 472, S/N LINHA TRES LAJEADOS, SANTO CRISTO - RS

CNPJ: 96.418.264/0001-39

Obs.: Para pessoas jurídicas, a presente certidão é válida para toda a empresa, representada pelo CNPJ base composto pelos 8 primeiros dígitos. Todos os estabelecimentos da empresa foram avaliados na pesquisa de regularidade fiscal.

Certificamos que, aos **06 dias do mês de JUNHO do ano de 2025**, revendo os bancos de dados da Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul, não elidido o direito de a Fazenda proceder a posteriores verificações e, a qualquer tempo, vir a cobrar crédito apurado, o titular acima se enquadra na seguinte situação:

CERTIDAO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA, NOS TERMOS DO ARTIGO 206 DO CTN

Finalidade: Situacao Fiscal na Fazenda Estadual

Descrição dos Débitos/Pendências

POSSUI 259 DEBITO(S):
259 ADM EXIGIBILIDADE SUSPENSA

Identificação do Auditor-Fiscal da Receita Estadual:
Nome: GUILHERME PINTO DA SILVA JUNIOR

Identidade Funcional: 00000323807501

Constitui-se esta certidão em meio de prova de existência ou não, em nome do interessado, de débitos ou pendências relacionados na Instrução Normativa DRP nº 45/98, Título IV, Capítulo V, 1.1.

Débitos protestados e posteriormente regularizados perante a Receita Estadual do Rio Grande do Sul não impedem a emissão de "Certidão Negativa", porém, caso não sejam pagas as taxas cartoriais, o débito permanece protestado pelo cartório, podendo ser a causa de restrições em entidades de proteção ao crédito. Nesses casos, regularize as taxas diretamente no cartório.

Esta certidão **NÃO** comprova a quitação:

- a) de tributos devidos mensalmente e declarados na Declaração Anual de Simples Nacional (DASN) e no Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (PGDAS-D) pelos contribuintes optantes pelo Simples Nacional;
- b) de ITCD e de ITBI (nas hipóteses em que este imposto seja de competência estadual - Lei nº 7.608/81) em procedimentos judiciais e extrajudiciais de inventário, arrolamento, separação, divórcio, dissolução de união estável ou partilha de bens.

Esta certidão é válida até 4/8/2025

Certidão expedida gratuitamente e com base na IN/DRP nº 45/98, Título IV, Capítulo V.

A autenticidade deste documento deverá ser confirmada em
<https://www.sefaz.rs.gov.br/SAT/CertidaoSitFiscalConsulta.aspx>
com o preenchimento apenas dos dois campos a seguir:

Certidão nº: **35316873**
Autenticação: **45673925**





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Município de Portão
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Certidão Negativa de Débitos - Geral
Certidão Ano/Número: 2025/5075

Dados do Contribuinte

Razão Social: LOJAS QUERO QUERO SA
CNPJ: 96.418.264/0133-89
Endereço: AV BRASIL, 541
Complemento:
Bairro: CENTRO
Cidade: PORTAO
Estado: RS
CEP: 93180-000

É CERTIFICADO, para fins de direito, ~~que inexistem débitos com a~~ Secretaria Municipal da Fazenda em relação ao contribuinte acima identificado, até a presente data, por qualquer título, ressalvado o direito da Secretaria Municipal da Fazenda cobrar qualquer dívida, ou importância, que venha a ser apurada ou considerada devida.

A SUA VALIDADE ESTÁ CONDICIONADA A VERIFICAÇÃO NA INTERNET, NO SITE www.portao.rs.gov.br (Atendimento ao Cidadão), OU NA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA DE PORTÃO-RS.

Dígito Verificador: 1708

Certidão emitida em: 22/07/2025

Com validade até: 21/08/2025

Data impressão: 22/07/2025 - 07:40

<https://portao.multi24h.com.br/multi24/sistemas/portal/#>

Rua 9 de Outubro, 229 - CEP: 93180-000 - Centro - PORTÃO - RS

Fone/Fax: (51)35004200



CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL NEGATIVA

À vista dos registros constantes nos sistemas de Informática do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul é expedida a presente certidão por não constar distribuição de ação falimentar, concordatária, recuperação judicial e extrajudicial em tramitação contra a seguinte parte interessada:

LOJAS QUERO QUERO S.A. *****
CNPJ: 96.418.264/0218-02*****

Porto Alegre, 19 de maio de 2025, às 18h39min



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DOCUMENTO ASSINADO POR
RIO GRANDE DO SUL PODER JUDICIARIO

DATA
19/05/2025 18h39min



Este é um documento eletrônico assinado digitalmente conforme Lei Federal nº 11.419/2006 de 19/12/2006, art. 1º, parágrafo 2º, inciso III.

Para conferência do conteúdo deste documento, acesse, na internet, o endereço <https://www.tjrs.jus.br/verificadocs> e digite o seguinte

número verificador: 0001573811571



Voltar

Imprimir



**Certificado de Regularidade
do FGTS - CRF**

Inscrição: 96.418.264/0133-89
Razão
Social: QUERO QUERO SA
Endereço: RUA BRASILIA 541 / CENTRO / PORTAO / RS / 93180-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Emitido em atendimento a determinação judicial.

Validade: 14/07/2025 a 12/08/2025

Certificação Número: 2025071410034891146412

Informação obtida em 22/07/2025 07:41:12

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

**CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS
COM EFEITO DE NEGATIVA**

Nome: LOJAS QUERO-QUERO S.A. (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 96.418.264/0133-89

Certidão nº: 29737824/2025

Expedição: 29/05/2025, às 13:03:28

Validade: 25/11/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **LOJAS QUERO-QUERO S.A. (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **96.418.264/0133-89**, CONSTA do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em face do inadimplemento de obrigações estabelecidas no(s) processo(s) abaixo, com débito garantido ou exigibilidade suspensa:

0070000-41.1995.5.04.0203 - TRT 04ª Região * (3ª VARA DO TRABALHO DE CANOAS)

* Débito garantido por depósito, bloqueio de numerário ou penhora de bens suficientes.

Total de processos: 1.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

A Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, com os mesmos efeitos da negativa (art. 642-A, § 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho), atesta a existência de registro do CPF ou do CNPJ da pessoa sobre quem versa a certidão no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas, cujos débitos estejam com exigibilidade suspensa ou garantidos por depósito, bloqueio de numerário, penhora de bens suficientes ou, ainda, tenha sido deferida, no caso de empresa, a sua recuperação judicial, de acordo com a Lei 11.101/2005.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTÃO
Centro Administrativo Arthur Pedro Müller

CNPJ: 87.344.016/0001-08 Telefone: (51) 3500-4206

Departamento: Departamento de
Compras

Relatório de Cotação: cotação rápida 3332

Pesquisa realizada entre 21/07/2025 13:56:22 e 21/07/2025 13:57:20

Unidade: In-gera-ve na dia 21/07/2025 13:57:31 (p-18-1-1-145-1-0)

Item 1: sapateira multiuso em MDF com portas, de alta densidade, resistente a umidade e desgaste, design minimalista e elegante, base sólida para evitar inclinação, superfície lisa.

PREÇOS / PROPOSTAS		QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	TOTAL	
2 / 6		1	R\$ 474,00 (un)	R\$ 474,00	
Preço Público	Órgão Público		Identificação	Data Licitação	Preço
1	MUNICIPIO DE BOSSOROÇA		0048-2025-BOSSOROÇA-RS-MUNICIPIO DE BOSSOROÇA-PREGÃO ELETRÔNICO	01/07/2025	R\$ 579,00
2	18.114.215/0001-07 - Prefeitura Municipal de Pedra Dourada		53321-Prefeitura Municipal de Pedra Dourada-162025-82025	18/02/2025	R\$ 369,00
Valor Unitário			R\$ 474,00		
			Média dos Preços Obtidos: R\$ 474,00		
				Valor Global:	R\$ 474,00

Detalhamento dos Itens

Item 1: sapateira multiuso em MDF com portas, de alta densidade, resistente a umidade e desgaste, design minimalista e elegante, base sólida para evitar inclinação, superfície lisa.

Preço Estimado: R\$ 474,00 (un)

Média dos Preços Obtidos: R\$ 474,00

Quantidade	Descrição	Observação
1 Unidade	sapateira multiuso em MDF com portas, de alta densidade, resistente a umidade e desgaste, design minimalista e elegante, base sólida para evitar inclinação, superfície lisa.	
Preço (Outros Entes Públicos) 1: Mediana das Propostas Finais		R\$ 579,00



Data: 01/07/2025 08:01

Objeto: Objetivando futuras aquisições de moveis (cadeiras e armários), conforme necessidade das Secretarias da Administração Municipal

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO

SRP: SIM

Descrição: ARMÁRIO MULTIUSO ARMÁRIO MULTIUSO ORGANIZADOR COM PRATELEIRAS E PORTA VASSOURA ALTURA ENTRE 160 CM A 190 CM LARGURA ENTRE 60 CM A 90 CM PROFUNDIDADE ENTRE 34 CM A 47 CM MATERIAL MDF/MADEIRA - ARMÁRIO MULTIUSO ARMÁRIO MULTIUSO ORGANIZADOR COM PRATELEIRAS E PORTA VASSOURA ALTURA ENTRE 160 CM A 190 CM LARGURA ENTRE 60 CM A 90 CM PROFUNDIDADE ENTRE 34 CM A 47 CM MATERIAL MDF/MDFÍRMA

Identificação: 0048-2025-BOSSOROCA-RS-
MUNICIPIO DE BOSSOROCA-
PREGÃO ELETRÔNICO

Lote/Item: 3/

Ata: Link Ata

Homologação: 01/07/2025 11:20

Fonte: <https://bnccompras.com/Process/ProcessSearchPublic?param1=1>

Quantidade: 11

Unidade: UN

UF- RS

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
10.936.352/0001-07 *VENCEDOR*	LOTTERMAN E REIS COMERCIO DE MOVEIS LTDA	R\$ 510,00
33.492.887/0001-31	PLAYRIO PARQUES INFANTIL LTDA	R\$ 514,00
29.495.115/0001-85	LCA-COMERCIAL & SISTEMATIZACAO EIRELI	R\$ 579,00
20.315.728/0001-10	KARINE XAVIER PIVA	R\$ 1.000,00
11.175.931/0001-47	MASTERFER COMERCIO DE FERRAGENS LTDA	R\$ 5.140,00

Preço (Outros Entes Públicos) 2: Mediana das Propostas Finais

R\$ 369.00

CNPJ: 18.114.215/0001-07

Data: 18/02/2025 09:00

Órgão: Prefeitura Municipal de Pedra Dourada

Modalidade: Pregão

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de mobiliários, eletroeletrônicos e eletrodomésticos, conforme especificações constantes no Termo de Referência, em atendimento as necessidades das Secretarias e Setores vinculados a Prefeitura Municipal de Pedra Dourada-MG.

SBP- SIM

Identificação: 53321-Prefeitura Municipal de
Pedra Dourada-162025-82025

Lote/Item: 95/1

Ata: Link Ata

Descrição: SAPATEIRA MULTIUSO EM MDF COM PORTAS, DE ALTA DENSIDADE, RESISTENTE A UMIDADE E DESGASTE, DESIGN MINIMALISTA E ELEGANTE, BASE SÓLIDA PARA EVITAR INCLINAÇÃO, SUPERFÍCIE LISA. - SAPATEIRA MULTIUSO EM MDF COM PORTAS, DE ALTA DENSIDADE, RESISTENTE A UMIDADE E DESGASTE, DESIGN MINIMALISTA E ELEGANTE, BASE SÓLIDA PARA EVITAR INCLINAÇÃO, SUPERFÍCIE LISA.

Homologação: 08/04/2025 14:22

Fonte: app2.licitardigital.com.br/pesquisa

Quantidade: 15

Unidade: UN

UF: MG

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
27.598.187/0002-04	DAIANE MARTINS GOMES 07656709681	R\$ 369,00
VENCEDOR		



Extrato de fontes utilizadas neste relatório

ATENÇÃO - O Banco de Preços é uma solução tecnológica que atende aos parâmetros de pesquisa dispostos em Leis vigentes, Instruções Normativas, Acórdãos, Regulamentos, Decretos e Portarias. Sendo assim, por reunir diversas fontes governamentais, complementares e sites de domínio amplo, o sistema não é considerado uma fonte e, sim, um meio para que as pesquisas sejam realizadas de forma segura, ágil e eficaz.

Fontes utilizadas nesta cotação:

1 - Banco Nacional de Compras

<https://bnccompras.com/Process/ProcessSearchPublic?param1=1>

Data: 21/07/2025

Acessar a fonte 13:57:20

aqui

2 - Licitar Digital

<app2.licitardigital.com.br/pesquisa>

Data: 21/07/2025

Acessar a fonte 13:56:22

aqui



**DEMONSTRATIVO DA COMPATIBILIDADE DA PREVISÃO DE
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

DATA DA PESQUISA NA DOTAÇÃO: 22/07/2025

Município de Portão - Saldo da Despesa 2096

Município de Portão - Saldo da Despesa 2096

Dados da Dotação

Descrição: MOBILIARIO EM GERAL
Categoria: 344905242000000
Orgão: 9 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Dotação Principal: 980 - MOBILIARIO EM GERAL
Fonte Recurso: 1004 - PROGRAMA - CREAS

Contabilidade

Crédito: 19.016,72
Orçamento: 20.000,00
Especial: 0,00
Extraordinário: 0,00
Suplemento: 0,00
Reduzido: 0,00
Utilizado: 18.071,72
Reserva: 0,00
Total Disponível: 1.928,28

Compras

Solicitações tramitadas sem Licitação: 0,00
Licitações sem OC: 0,00
OC não empenhada: 945,00
Total Disponível: 983,28



JUSTIFICATIVA DO PREÇO E RAZÃO DA ESCOLHA DO CONTRATADO

Roque Pinto Bratz, Chefe do Setor de Convênios e Contratos, em obediência ao que dispõe o art. 72 e 75 VIII da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, informa que:

Para compra emergencial de materiais mobiliário para CASA DE ABRIGO PEQUENO CIDADÃO. Justifica-se a escolha das contratadas LOJAS QUERO QUERO, CNPJ 96.418.264/0133-89, atrela-se tanto à justificativa de menor preço, quanto à habilitação e qualificação técnica dos contratados, além da caracterização e comprovação da situação fática que autoriza a Dispensa por meio de parecer Jurídico.

1. Em análise aos presentes autos, observamos os preços apresentados pelas empresas em comparação à pesquisa efetuada na plataforma banco de preços, está compatível com os praticados no mercado.

2. Os produtos fornecidos pelas empresas supracitadas são compatíveis e não apresentam diferenças que venham influenciar nas escolhas, ficando está vinculada a verificação da habilitação. Além disso, as escolhas dos Fornecedores se deram principalmente pela disponibilidade de atendimento e pela emergencialidade.

Assume, pois, a responsabilidade quanto às informações prestadas e documentos que instruem o processo de pedido de compra/contratação e DECLARA que não possui qualquer parentesco, até o terceiro grau, ou vínculo de amizade com quaisquer dos sócios-administradores da empresa escolhida, firmando o presente termo de responsabilidade, de livre e espontânea vontade, na presença da autoridade superior a quem relatou as diligências realizadas e que atesta, abaixo, o conhecimento delas.

Portão, 21 de julho de 2025.

ROQUE PINTO
BRATZ:34908161020

Assinado de forma digital por
ROQUE PINTO
BRATZ:34908161020
Dados: 2025.07.22 07:40:58 -03'00'

Roque Pinto Bratz
DPTO DE COMPRAS E LICITACOES

PCL XL error

Warning: IllegalMediaSize

**Município de Portão**

CNPJ: 87.344.016/0001-08

Telefone: (51)3500-4200

Rua Nove de Outubro, 229 - Centro, PORTÃO / RS - 93180-000

**Solicitação de Compra de
Material/Serviços nº 2025/3407****Centro de Custo:** 5 - SEMASH**Usuário Solicitante:** NADIA MARA RODRIGUES PERAZZOLLO (Usuário: nadia.mara)**Entidade:** Município de Portão**Data de Cadastro:** 21/07/2025**Dados da Despesa**

Exercício	Órgão	Unid.	Fun.	S.Fun.	Prog.	P/A	Rec.	Cat. Desp.	Despesa	Cód	Total por Despesa
2025	9	2	8	245	30	1067	1004	3449052420000000	MOBILIARIO EM GERAL	2096	R\$945,00
								3449052000000000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	980	

Projeto: Reeq. Piso de Média Complexidade

Órgão: 9 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Fonte de Recurso: PROGRAMA - CREAS

Valores do tipo referência

Item	Despesa	Produto	Un. Medida	Quantidade	Val.Unitário	Val.Total
1	2096	37156 - ARMÁRIO MULTIUSO. COMPLEMENTO: 2 portas e 4 prateleiras, cor rústico e natura off white Dimensões do produto: 55 x 170 x 32 cm (LxAxP) Material MDP	UN	3,0000	315,0000	945,00
Totalizador do tipo referência				3,0000	315,0000	945,00

Complemento e Assinaturas

Descrição DESCRIÇÃO: COMPRA EMERGENCIAL de mobiliário para a CASA ABRIGO PEQUENO CIDADÃO.
JUSTIFICATIVA: A Casa de Abrigo Pequeno Cidadão vem enfrentando um aumento significativo na demanda por acolhimento institucional, tornando imperativa a expansão e adaptação de suas acomodações, bem como estamos enfrentando um caso atípico, necessitando de forma emergencial fazer isolamento por questões de saúde. A recente necessidade de acolher novos indivíduos, exigiu uma solução eficiente e flexível para garantir um ambiente digno e adequado aos abrigados. Diante desse cenário emergencial, a aquisição de mobiliário multiuso se apresenta como a justificativa mais pertinente e eficaz. Este tipo de mobiliário oferece a flexibilidade necessária para otimizar os espaços existentes, transformando-os rapidamente para atender às diversas necessidades da Casa de Abrigo.
RESPONSÁVEL PELO PEDIDO: Rodrigo Vandame
LOCAL DE ENTREGA: CASA ABRIGO PEQUENO CIDADÃO - RUA JULIO DE CASTILHOS, 6551 - CENTRO - PORTÃO/RS
HORÁRIO DE ENTREGA: ATÉ ÀS 16H
Pagamento em depósito bancário vinculado ao CNPJ do fornecedor;
Pagamento em até trinta dias ou conforme contrato;
Informar em Nota Fiscal o nº da requisição de empenho ou ordem de compra;
Informar os dados bancários em Nota Fiscal.
Favor encaminhar Nota fiscal para o e-mail: assistenciasocial@portao.rs.gov.br
Telefone de Secretaria ou Setor:(51)35004205

Justificativa: DESCRIÇÃO: COMPRA EMERGENCIAL de mobiliário para a CASA ABRIGO PEQUENO CIDADÃO.
JUSTIFICATIVA: A Casa de Abrigo Pequeno Cidadão vem enfrentando um aumento significativo na demanda por acolhimento institucional, tornando imperativa a expansão e adaptação de suas acomodações, bem como estamos enfrentando um caso atípico, necessitando de forma emergencial fazer isolamento por questões de saúde. A recente necessidade de acolher novos indivíduos, exigiu uma solução eficiente e flexível para garantir um ambiente digno e adequado aos abrigados. Diante desse cenário emergencial, a aquisição de mobiliário multiuso se apresenta como a justificativa mais pertinente e eficaz. Este tipo de mobiliário oferece a flexibilidade necessária para otimizar os espaços existentes, transformando-os rapidamente para atender às diversas necessidades da Casa de Abrigo.
RESPONSÁVEL PELO PEDIDO: Rodrigo Vandame
LOCAL DE ENTREGA: CASA ABRIGO PEQUENO CIDADÃO - RUA JULIO DE CASTILHOS, 6551 - CENTRO - PORTÃO/RS
HORÁRIO DE ENTREGA: ATÉ ÀS 16H
Pagamento em depósito bancário vinculado ao CNPJ do fornecedor;
Pagamento em até trinta dias ou conforme contrato;
Informar em Nota Fiscal o nº da requisição de empenho ou ordem de compra;
Informar os dados bancários em Nota Fiscal.
Favor encaminhar Nota fiscal para o e-mail: assistenciasocial@portao.rs.gov.br
Telefone de Secretaria ou Setor:(51)35004205

RODRIGO LIBRELOTO VALENTE
Secretário da Fazenda e SEMICMA
Secretaria da Fazenda

BRUNO LEMMERTZ DIFENTHALER
Secretária Assistência social

NADIA MARA RODRIGUES PERAZZOLLO
SEMASH
SEMASH